

A política de educação patrimonial do Distrito Federal - aproximação entre escolas e territórios culturais

The Federal District's heritage education policy - rapprochement between schools and cultural territories

Michelle de Carvalho Cheibub *

mbtguimaraes@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0007-9589-9248>

RESUMO: O artigo apresenta as atividades pedagógicas desenvolvidas no âmbito do Projeto Territórios Culturais nos anos letivos de 2022 e 2023 no Centro Cultural Três Poderes e no Cine Brasília. O Projeto Territórios Culturais integra a Política de Educação Patrimonial do Distrito Federal, que garante aos estudantes da rede pública de ensino o acesso ao patrimônio cultural do DF e tem por objetivo a construção de saberes relativos ao patrimônio cultural nas vivências pedagógicas por meio da apreciação, da reflexão crítica, da experimentação e da fruição artística, em conformidade aos pressupostos teóricos do Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal. As visitas mediadas promovidas por meio da aproximação entre os territórios culturais e as unidades de ensino qualificam o olhar de estudantes e professores sobre os territórios, os equipamentos culturais e museais, ressignificando processo de ensino-aprendizagem e contribuindo para a consolidação de noções de pertencimento, identidade, memória, dentre outros conceitos relativos ao campo do patrimônio cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Patrimonial, Políticas de Educação Patrimonial, Patrimônio Cultural do Distrito Federal.

ABSTRACT: The article presents the pedagogical activities developed within the scope of the Cultural Territories Project in the 2022 and 2023 academic years at Centro Cultural Três Poderes and Cine Brasília. The Cultural Territories Project is part of the Federal District's Heritage Education Policy, which guarantees students in the public education network access to the DF's cultural heritage and aims to build knowledge related to cultural heritage in pedagogical experiences through appreciation, critical reflection, experimentation and artistic enjoyment, in accordance with the theoretical assumptions of the Curriculum in Movement for Basic Education in the Federal District. The mediated visits promoted through the approximation between cultural territories and teaching units qualify the view of students and teachers on the territories, cultural and museum equipment, giving new meaning to the teaching-learning process and contributing to the consolidation of notions of belonging, identity, memory, among other concepts related to the field of cultural heritage.

KEYWORDS: Heritage Education, Heritage Education Policies, Cultural Heritage of the Federal District.

* mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan, 2015). Professora de Sociologia da Educação Básica da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF).



Michelle Cheibub. Política de Educação Patrimonial do Distrito Federal.
Rev. Calíandra, Goiânia, V. 3, n. 1, jan./jun. 2023, p. 27-48.
Esta obra está sob licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional.
Recebido em: 07 de abril de 2023. Aceito em: 10 de maio de 2024.



Introdução

O presente artigo tem por objetivo apresentar e discutir as ações de educação patrimonial que compõem a Política de Educação Patrimonial da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, instituída pela Portaria nº 265/2016, sobretudo aquelas desenvolvidas no âmbito do Projeto Territórios Culturais (PTC), que ocorreram no Centro Cultural Três Poderes, em Brasília, no ano de 2022 e que ocorrem atualmente, no ano letivo de 2023, no Cine Brasília.

O Projeto Territórios Culturais é fruto de uma parceria¹ entre a Secretaria de Cultura e Economia Criativa (SECEC) e a Secretaria de Educação (SEE) do Distrito Federal, por meio da qual são disponibilizados professores da rede pública de ensino para atuar em espaços culturais e museais, visando o desenvolvimento de ações pedagógicas interdisciplinares fundamentadas na educação patrimonial.

O objetivo do Projeto Territórios Culturais é a construção de saberes relativos ao patrimônio cultural nas vivências pedagógicas por meio da apreciação, da reflexão crítica, da experimentação e da fruição artística (FREITAS e COSTA, 2020: 41). As atividades desenvolvidas no projeto são planejadas e realizadas em conformidade com os pressupostos teóricos do Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal, corroborando para a consolidação de noções de pertencimento, identidade, memória, dentre outros conceitos relativos ao campo do patrimônio cultural.

Na primeira parte do artigo, iremos apresentar os fundamentos legais do Projeto Territórios Culturais (PTC) e suas fundamentações teórico-metodológicas, procurando contextualizar e discutir a proposta da Política de Educação Patrimonial da Secretaria de Estado da Educação do DF e seus desdobramentos. Além disso, as fundamentações teórico-metodológicas do PTC serão confrontadas com conceitos e propostas metodológicas do campo da Educação Patrimonial utilizado por outros agentes e agências do campo do Patrimônio Cultural.

Na segunda parte, apresentaremos de maneira mais aprofundada as ações de Educação Patrimonial (EP) desenvolvidas no território cultural Centro Cultural Três Poderes e no Cine Brasília, com a devida contextualização dos respectivos espaços museais e culturais, as principais obras, os bens móveis e objetos museológicos que os compõem e a relação desses

¹ Portaria Conjunta nº 05, de 29 de agosto de 2019, que institui o Programa Territórios Culturais.

bens patrimoniais com os objetivos e conteúdos de aprendizagem do Currículo em Movimento do DF. Dessa maneira, pretendemos demonstrar a importância da realização de ações pedagógicas de educação patrimonial inter e transdisciplinares fundamentadas na vivência dos estudantes nos Territórios Culturais.²

Fundamentos normativos do Projeto Territórios Culturais (PTC)

A primeira iniciativa legislativa aprovada no Distrito Federal com relação à Educação Patrimonial é a Lei nº 4.920, de 21 de agosto de 2012, que dispõe sobre o acesso dos estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal ao patrimônio artístico, cultural, histórico e natural do Distrito Federal. Essa legislação assegura aos estudantes da rede pública de ensino o acesso ao patrimônio do Distrito Federal (art. 1º) e destaca a visita ao sítio urbano de Brasília – Patrimônio da Humanidade, a locais de valor histórico nas cidades do Distrito Federal, a lugares demonstrativos das formas de expressão, das celebrações e dos saberes da população, a áreas de preservação e a outros sítios de valor cultural, histórico ou paisagístico (art. 2º). A norma explicita que as escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal realizarão atividades acadêmicas nesses ambientes, como estratégia de educação patrimonial e ambiental.

No ano seguinte, é promulgada a Lei nº 5.080, de 11 de março de 2013, que incluiu o Dia do Patrimônio Cultural, 17 de agosto, no calendário oficial de eventos e no calendário escolar do Distrito Federal (art. 1º) e instituiu as Jornadas de Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade (art. 2º). O calendário escolar do Distrito Federal prevê inúmeras datas comemorativas e/ou de conscientização nas quais as unidades escolares são estimuladas a promover trabalhos, eventos, seminários, pesquisas e outras atividades de cunho pedagógico para a promoção da temática.

No ano de 2016, a Política de Educação Patrimonial da Secretaria de Estado de Educação foi instituída pela Portaria nº 265/2016, a qual define a Educação Patrimonial da seguinte maneira:

Art. 2º A Educação Patrimonial é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento integral do sujeito um caráter social, considerando a identidade, em sua relação com os bens culturais de natureza material e imaterial, bens naturais, paisagísticos, artísticos, históricos e arqueológicos, visando potencializar o processo de

² Cumpre esclarecer que uma primeira versão, circunscrita à experiência com Educação Patrimonial no Centro Cultural Três Poderes foi publicada nos Anais do IV Seminário Nacional de História e Patrimônio Cultural, realizado na Cidade de Goiás - GO, entre os dias 10 e 13 de outubro de 2022. Essa nova versão conta com a expansão da experiência para o Cine Brasília, além de aprofundar no debate teórico e metodológico do campo da Educação Patrimonial.

ensino-aprendizagem e preservação da memória.

Parágrafo Único. A Educação Patrimonial engloba práticas político-pedagógicas transformadoras e emancipatórias capazes de promover a ética global e a cidadania sociocultural. (Governo do Distrito Federal, 2016)

No sentido de cumprir as determinações da Política de Educação Patrimonial da SEE/DF, foi elaborada a Portaria Conjunta nº 05/2019, que instituiu o Programa Territórios Culturais com o objetivo de promover a gestão compartilhada de ações de políticas educacionais no âmbito dos equipamentos públicos de cultura e estabeleceu os seguintes objetivos:

Art. 2º São Objetivos do Programa Territórios Culturais:

I - Promover visitas mediadas e ações pedagógicas, na perspectiva da Educação Integral, para que os estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal construam redes de saberes por intermédio da ampliação do conhecimento sobre o patrimônio cultural, material, imaterial e artístico do Distrito Federal;

II proporcionar aos estudantes a formação específica em Arte nas suas linguagens específicas: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro como ensino complementar, ampliando o ambiente formativo e oportunizando momentos de integração entre as Unidades Escolares e os espaços culturais da cidade;

III oportunizar aos estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal a participação em atividades orientadas que proporcionem o diálogo com as áreas das linguagens artístico-culturais e com as diferentes ações desenvolvidas na Política de Educação Patrimonial nos espaços culturais;

IV implantar Espaços de Vivência nas Unidades Escolares Vocacionais, em continuidade ao trabalho realizado nos Territórios Culturais como condição para ampliar o fazer e o pensar artístico dos estudantes e, tornar os espaços escolares mais aprazíveis e, culturalmente, interessante para a comunidade escolar; (Grifos meus, Governo do Distrito Federal, 2019)

O Projeto Territórios Culturais é o instrumento que desenvolve as ações relacionadas ao objetivo acima destacado (art. 2º, alínea I). Por meio do Edital nº 08/2021, processo seletivo atualmente em vigor, foram selecionados seis professores para atuar nos seguintes territórios culturais: Museu Nacional da República, Museu do Catetinho, Memorial dos Povos Indígenas, Cine Brasília, Centro Cultural Três Poderes e Museu Vivo da Memória Candanga³.

Cada um dos seis territórios culturais possui temáticas próprias que dialogam com os objetivos e conteúdos presentes no Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do DF⁴

³ Outros equipamentos culturais - o Centro de Dança de Brasília; o Espaço Cultural Renato Russo; a Casa do Cantador; o Complexo Cultural de Planaltina; e o Complexo Cultural de Samambaia - são citados nesta Portaria, porém não fazem parte do Projeto Territórios Culturais, mas estão relacionados ao cumprimento da Lei nº 13.278/2016, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional referente ao ensino da Arte em suas quatro linguagens - Artes Visuais, Teatro, Música e Dança.

⁴ O programa Currículo em Movimento, do Ministério da Educação, busca melhorar a qualidade da educação básica por meio do desenvolvimento do currículo da educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio, por meio da elaboração de documento orientador para a organização curricular e referências de conteúdo para assegurar a formação básica comum da educação básica no Brasil.

e correspondem às vertentes do patrimônio - artístico, cultural, histórico e natural. Portanto, os professores, em sua prática pedagógica, devem atender aos objetivos da Portaria nº 265/2016, relacionando-os com as temáticas de cada território e com as demandas pedagógicas das unidades de ensino.

O Projeto Territórios Culturais conta com uma equipe formada pelos professores atuantes nos espaços, com a supervisão administrativa de um Comitê Gestor composto por servidores da SECEC e da SEE e sob a coordenação pedagógica de professores da rede lotados na Geapla/Deint/Subin.

Fundamentos teórico-metodológicos da Educação Patrimonial e do Projeto Territórios Culturais

A Educação Patrimonial é um campo associado ao Patrimônio Cultural, presente em todas as etapas de execução de políticas voltadas para a identificação, pesquisa, reconhecimento, promoção e preservação de um bem cultural, sendo impossível conceber, atualmente, um processo de patrimonialização que não seja atravessado por uma ação de EP ou que utilize uma metodologia desse campo. Nesse sentido, percebemos o quanto a EP ampliou a possibilidade de participação popular nesses processos.

Considerando o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como o principal agente de coordenação e execução de políticas públicas voltadas para a preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro e também para a Educação Patrimonial, vamos apresentar a definição que a Coordenação de Educação Patrimonial, à época vinculado ao Departamento de Articulação e Fomento, utilizou na sua publicação *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*:

Atualmente a CEDUC defende que **a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.** Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (Grifos meus, IPHAN, 2014, p. 19)

Ainda apresentando as referências para o campo da Educação Patrimonial, destacamos o *Guia Básico de Educação Patrimonial* (1996), de Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro, considerado o principal material de

apoio para ações educativas realizadas pelo IPHAN. O Guia apresenta uma sistematização dos “fundamentos conceituais e práticos de uma série de capacitações itinerantes realizadas pelas autoras, referencialmente, com técnicos das superintendências do IPHAN, professores e alunos da rede formal de ensino e agentes comunitários, na segunda metade dos anos 1980 e 1990, em diversos contextos e diferentes localidades do país” (2014, p. 13). No Guia são apresentados os conceitos de EP, da cultura e do Patrimônio Cultural em sua dinamicidade e ainda, na possibilidade de utilização dos objetos, monumentos e sítios históricos na educação patrimonial.

Em 2007, Evelina Grunberg publicou o *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*, no qual definiu Educação Patrimonial como “o processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações” (GRUNBERG, 2007, p. 5). O Manual apresenta uma metodologia para a EP composta por quatro etapas: **1. a observação**, que consiste em exercícios de percepção sensorial estimuladas por perguntas, jogos, experimentações e outras estratégias de exploração do bem cultural; **2. o registro**, pode ser realizado pelos mais diversos meios a fim de fixar a observação, aprofundando o pensamento lógico e intuitivo **3. a exploração**, fase de análise do bem cultural com discussões, questionamentos, avaliações, pesquisas e entrevistas, desenvolvendo a capacidade crítico-analítica e interpretativa das evidências levantadas e os seus significados; e **4. a apropriação**, etapa de recriação do bem cultural por diversos meios de expressão, provocando nos participantes uma atuação criativa em relação ao bem cultural.

Existem algumas publicações organizadas pelo IPHAN em parceria com a Secretaria de Educação que tratam do Patrimônio Cultural do DF, que servem de subsídios teóricos para os professores e gestores escolares, apresentam resultados de metodologias de educação patrimonial aplicadas ao território do Distrito Federal e propõem atividades pedagógicas para serem desenvolvidas em sala de aula. A publicação que inaugurou essa temática foi “Gabriel em Brasília: a cidade com asas”, que teve sua primeira edição impressa em 2015. Depois, vieram os livros “Athos colorindo Brasília” (2018), reimpressa em 2019 e 2020, e “Ceilândia minha quebrada é o mundo” (2020), compondo a *Coleção Patrimônio para Jovens*.

Athos colorindo Brasília trata da obra do artista plástico em Brasília e apresenta, em linguagem adaptada ao público infanto-juvenil, o contexto da transferência da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central e as diferentes dimensões do patrimônio e da cultura que tornaram Brasília reconhecida mundialmente. Nas últimas páginas, traz diversas atividades

lúdicas que podem ser facilmente aplicadas e reproduzidas em contexto escolar. A publicação *Ceilândia minha quebrada é o mundo* foi escrita e produzida por estudantes da rede pública de ensino de Ceilândia a partir da metodologia de EP dos *Inventários Participativos*, por meio da qual os estudantes selecionaram, listaram e categorizaram as referências culturais da cidade, enquanto se apropriaram dos conceitos do campo do patrimônio cultural.

Além das normativas orientadoras, a coordenação pedagógica do PTC é realizada e desenvolvida pela GEAPLA, com a colaboração dos professores do projeto e de agentes externos, sobretudo professores da rede de ensino do DF ou de outras instituições, com o desenvolvimento de formações relacionadas ao Patrimônio Cultural, às diretrizes de educação patrimonial e outras temáticas transversais que se relacionam direta ou indiretamente com os objetivos dos territórios culturais do projeto.

Ainda no que tange à formação continuada dos professores para a Educação Patrimonial, a Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE) oferta o curso “Educação Patrimonial, diversidade e Meio Ambiente no Distrito Federal” na modalidade de ensino à distância (EAD), por meio de sua plataforma virtual⁵ a qualquer professor - temporário ou efetivo - da rede pública de ensino do DF.

Retomando a discussão sobre a Política de Educação Patrimonial da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a educação patrimonial nessa política é concebida como uma dimensão da educação, a qual deve promover o desenvolvimento integral do sujeito considerando a sua relação com os bens culturais. De forma mais específica, a educação patrimonial levada a cabo no Projeto Territórios Culturais ocorre por meio do desenvolvimento, em ambientes não formais de aprendizagem, de práticas político-pedagógicas transformadoras e emancipatórias que facilitem o processo de ensino-aprendizagem e promovam a preservação da memória e a valorização do patrimônio cultural do Distrito Federal.

A educação patrimonial do projeto, portanto, não tem um caráter propositivo de estratégias participativas para a identificação e preservação do patrimônio cultural visando à definição de políticas públicas de valorização desse patrimônio, mas de levar a reflexão sobre a preservação do patrimônio à rede formal de ensino. Em outras palavras, é a proposta de, uma vez já reconhecidos os patrimônios pelo poder público com ressonância na população, promover vivências de apreciação, fruição, experimentação e análise crítica com e para os

⁵ <https://eadeape.se.df.gov.br/login/index.php>

estudantes em um ambiente extra-escolar. Os estudantes, fora dos muros das escolas, podem experimentar a vivência concreta de estarem diante dos monumentos, dos objetos do patrimônio cultural e das obras de arte que evocam o passado coletivo e a cultura (HORTA, 2010: 20).

Nesse sentido, não podemos deixar de salientar a importância da prática da educação museal pensada pela Nova Museologia, uma vez que a função social dos museus na guarda e preservação de objetos patrimonializados e a educação patrimonial estão intimamente relacionadas, cumprindo um papel estratégico de mediação entre os diferentes segmentos de público e suas memórias. Segundo a publicação “Subsídios para elaboração de planos museológicos”⁶ do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), a educação museal:

(...) corresponde a práticas e processos educativos não formais que, na relação entre os sujeitos sociais, a memória e os bens culturais musealizados e passíveis de musealização, contribuem para a construção e a preservação da identidade partilhada por um grupo, comunidade ou sociedade, valorizando-os na diversidade (IBRAM, 2016, p. 64).

Estamos tratando de ações pedagógicas incidentes sobre lugares que envolvem museus e/ou equipamentos culturais, mas sem deixar de considerar como elemento fundamental as suas relações com o ambiente externo, com o entorno, com o território, com a cidade. Daí a importância da compreensão do conceito utilizado para definir as ações de educação patrimonial nos *territórios culturais*, uma vez que, para fins administrativos, esses espaços são geridos pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF e denominados *equipamentos culturais*. No sítio eletrônico da mesma SECEC, encontramos a seguinte afirmação⁷:

O nome “Territórios Culturais” vem do entendimento de que não se tratam apenas de espaços culturais ou equipamentos públicos de cultura, mas sim de territórios culturais na perspectiva da educação patrimonial – identidade, memória e pertencimento de um lugar/território.

(Distrito Federal, Secretaria de Cultura e Economia Criativa, 2022)

A motivação para a escolha do conceito “Territórios Culturais” não fica explícita nos documentos que orientam a Política de Educação Patrimonial no DF. Podemos, todavia, fazer um esforço teórico ao levarmos em conta outras fundamentações que embasam práticas educativas em ambientes formais e não formais de aprendizagem, voltadas para o campo do patrimônio cultural e da Educação Integral. Esses ambientes não formais - centros comunitários, centros olímpicos, bibliotecas, praças, museus, teatros, cinemas e planetários⁸ - podem ser

⁶ De acordo com a Lei nº 11.904/2009, que trata do Estatuto de Museus, a legislação específica para orientar e auxiliar as instituições museológicas, regulamentada pelo Decreto 8.124, de 17 de outubro de 2013, o qual reitera a importância da elaboração do Plano Museológico.

⁷ <https://www.cultura.df.gov.br/territorios-culturais/>

⁸ Estratégia 6.4 do Plano Distrital de Educação PDE.

pensados enquanto territórios educativos, com o objetivo de “atribuir sentido ao conhecimento a partir da apropriação da cidade como território educativo” (COSTA, 2011, p. 12). Ou seja, as práticas educativas que em museus, a educação museal, pode ser ampliada para a prática educativa patrimonial, associada a um território:

Paulatinamente, as políticas educativas foram se afastando de ações centradas em acervos museológicos e restritas a construções isoladas para a compreensão dos espaços territoriais como documento vivo, passível de leitura e interpretação por meio de múltiplas estratégias educacionais. Seus efeitos se potencializam quando conseguem interligar os espaços tradicionais de aprendizagem a equipamentos públicos, como centros comunitários e bibliotecas públicas, praças e parques, teatros e cinemas. Tornam-se também mais efetivas quando integradas às demais dimensões da vida das pessoas e articuladas a práticas cotidianas e marcos de referências identitárias ou culturais de seus usuários. (IPHAN, 2014, p. 24)

Quando relacionamos a educação museal e a educação patrimonial, não estamos falando de lugares e objetos que contém valores históricos e/ou artísticos em si mesmos, mas das diversas referências que possuem para os grupos sociais que os elegeram enquanto significativos. Nas mediações, procuramos problematizar justamente os motivos pelos quais esses objetos foram selecionados para servirem de testemunho. Além disso, nosso objetivo é promover a reflexão junto com os estudantes, colocando-os na posição de sujeitos transformadores, apresentando elementos observados por eles que podem dar outros significados e outros usos para esses objetos e lugares.

Além de estendermos a possibilidade de reflexão sobre o patrimônio cultural com ações de EP em museus e em equipamentos públicos, é fundamental reconhecer, igualmente, a escola como território repleto de referências culturais e como um lugar de memória. Na escola não devem acontecer apenas práticas de mediação sobre o patrimônio cultural, o que já constitui um grande avanço para a educação patrimonial, mas sobretudo a escola deve ser concebida enquanto espaço criativo e produtor de cultura; de referência para o patrimônio da sociedade; enquanto lugar onde questões como identidade, pertencimento e diversidade são apresentados e vivenciados pelos estudantes.

O Centro Cultural Três Poderes

O Centro Cultural Três Poderes (CC3P) está localizado na Praça dos Três Poderes, no extremo leste do Eixo Monumental, em Brasília, capital do Brasil. A Praça, idealizada pelo arquiteto urbanista Lucio Costa (1902-1998), recebeu esse nome pois é onde se encontram os monumentos representativos dos três poderes da República Federativa do Brasil: o Palácio do

Planalto, sede do poder Executivo; o Congresso Nacional, sede do poder Legislativo e o Supremo Tribunal Federal, sede do poder Judiciário. Todos os edifícios citados foram projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer (1907-2012) e estavam concluídos na ocasião da inauguração da nova Capital Federal, em 21 de abril de 1960.

Além dos monumentos já mencionados, na Praça dos Três Poderes ficam os equipamentos culturais que compõem o CC3P: o Espaço Lucio Costa, o Panteão da Pátria e da Liberdade - Tancredo Neves e o Museu Histórico da Cidade. Também encontramos na praça a Casa de Chá, que atualmente funciona como um Centro de Atendimento ao Turista, sob a gerência da Secretaria de Turismo do DF e o Pombal, instalado em 1961, ambos projetos de Oscar Niemeyer; Há, ainda, a Pira da Pátria e o Mastro da Bandeira Nacional. Também é importante destacar as esculturas presentes na praça: o marco Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade, o busto de Juscelino Kubistchek, a Justiça, Os Candangos ou Os Guerreiros (1957) e a herma de Tiradentes (1986).

O Plano Piloto de Brasília foi reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1987 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o qual inclui a Praça dos Três Poderes. Já no nível federal, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) reconheceu como patrimônio material o Conjunto Urbanístico de Brasília⁹ e a Praça dos Três Poderes, incluindo a escultura Os Guerreiros, de Bruno Giorgi; A Justiça, de Alfredo Ceschiatti; o marco Brasília Patrimônio da Humanidade, de Oscar Niemeyer; e demais bens agregados (Portaria nº 55/2017-MinC). Individualmente são reconhecidos a Casa de Chá (Portaria nº 55/2017-MinC); o Espaço Lucio Costa (Portaria nº 55/2017-MinC); Museu da Cidade (Decreto nº 6.718/1982 e Portaria nº 55/2017-MinC); Panteão da Liberdade e Democracia (Portaria nº 55/2017-MinC); Pombal (Portaria nº 55/2017-MinC); Espaço Oscar Niemeyer (Portaria nº 55/2017-MinC); Palácio do Planalto (Portaria nº 55/2017-MinC); e o Supremo Tribunal Federal (Portaria nº 55/2017-MinC). Os bens individuais listados acima e a Praça dos Três Poderes também são reconhecidos bens culturais de natureza material do Distrito Federal pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa.¹⁰

Espaço Lucio Costa

O Espaço Lucio Costa, projetado por Oscar Niemeyer em homenagem a Lucio Costa,

⁹ Decreto nº 10.829 de 14/10/1987, Portaria nº 314/1992-IPHAN e Portaria nº 166/2016-IPHAN.

¹⁰ O processo é instruído pela Subsecretaria do Patrimônio Cultural (SUPAC), vinculada à Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal.

foi inaugurado em 27 de fevereiro de 1992, em comemoração aos 90 anos do arquiteto-urbanista vencedor do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil. A construção subterrânea, localizada entre o Supremo Tribunal Federal e o Museu Histórico da Cidade, é conhecida pela maquete, de autoria dos arquitetos Cosmelle Bassols e Antônio José Pereira de Oliveira, de 170m² do Plano Piloto de Brasília, construída em 1988 e que compõe o acervo permanente do museu desde 1992. Em 1998, foi instalada uma maquete tátil, de autoria do arquiteto Arthur Henrique Bernardes (1998), com legendas em braille.

Também compõem o acervo do Espaço Lucio Costa, dispostas na parede azul ao fundo do espaço, painéis com reproduções dos croquis e do Relatório do Plano Piloto, intitulado “Brasília, cidade que inventei”, apresentado em 1957 ao júri internacional que avaliou e o elegeu como projeto vencedor, além de fotografias históricas da época da construção e da inauguração da cidade.

Museu da Cidade (Museu Histórico de Brasília)

O Museu da Cidade é o museu mais antigo de Brasília, construído em 1958 e inaugurado junto com a própria cidade, no dia 21 de abril de 1960. O museu-monumento também é um projeto do arquiteto Oscar Niemeyer e foi concebido com a finalidade de preservar os trabalhos que se referem à história da construção de Brasília e de prestar uma homenagem ao então presidente, Juscelino Kubitschek.

O espaço interior do museu é uma vitrine de dezesseis (16) textos gravados nas paredes, com informações sobre alguns fatos do processo de interiorização da capital brasileira. Na parte externa se encontra o busto de Juscelino Kubitschek, esculpido em pedra-sabão, pelo artista José Pedrosa. No conjunto arquitetônico da Praça dos Três Poderes, o Museu da Cidade se destaca pela sua forma plástica, feito de concreto armado e mármore branco, e está próximo ao Eixo Monumental, em frente ao Congresso Nacional.

Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves

O Panteão da Pátria e Liberdade Tancredo Neves surgiu como espaço para homenagear os heróis e heroínas nacionais. O monumento foi construído e doado ao Distrito Federal pela Fundação Bradesco, tendo sido projetado por Oscar Niemeyer, contendo três pavimentos e área total de 2.105m². O Panteão foi inaugurado em 07 de setembro de 1986, pelo presidente José Sarney. A inspiração dessa construção está intimamente relacionada ao retorno à democracia representativa e ao falecimento de Tancredo Neves, eleito o primeiro presidente do Brasil, por

eleições indiretas, após o término da ditadura militar.

O Panteão está no extremo leste da Praça dos Três Poderes e seu acesso se dá por uma rampa sem inclinação. Tem um formato de pirâmide invertida de base retangular com laje de cobertura ondulada em dois níveis. No Salão Vermelho, piso da entrada principal, está uma exposição em homenagem a Tancredo Neves e sua trajetória política. Nesse saguão também está o Mural da Liberdade, de autoria do artista plástico Athos Bulcão. No piso superior, no Salão Negro, estão os vitrais em tons vermelho, branco e roxo, da artista plástica Marianne Peretti; o painel de João Câmara Filho com a história da Conjuração Mineira e Tiradentes, bem como o Livro de Aço dos heróis e heroínas da Pátria.

As ações educativas e pedagógicas no Centro Cultural Três Poderes

É importante esclarecer que os Planos Museológicos dos equipamentos culturais da Secretaria de Cultura e Economia Criativa estão em fase de conclusão por consultores externos contratados via Unesco e, portanto, não possuem programas de ações educativas e culturais elaboradas e estruturadas de acordo com a visão, missão e valores de cada equipamento. Excetuando-se o Projeto Territórios Culturais, não há atualmente outra ação educativa no Centro Cultural Três Poderes.

O Edital nº 08/2021 de seleção dos professores para atuarem no Projeto Territórios Culturais explicitou as temáticas próprias do CC3P que deveriam ser abordadas nas práticas pedagógicas: “o processo de interiorização da capital; o Plano Piloto de Brasília e suas questões urbanas, geográficas relacionando-as com o perímetro do Distrito Federal (...) aliando conteúdos curriculares com a educação patrimonial”.

Já no Currículo em Movimento da Secretaria de Educação ¹¹, encontramos diversos objetivos de aprendizagem relacionados aos objetos museais do Centro Cultural Três Poderes e aos monumentos e à Praça dos Três Poderes.

No **Currículo da Educação Infantil**, aparecem sobretudo sob o guarda-chuva do tema “A identidade cultural do DF”: Linhas modernas; Desenho futurístico; Leveza expressa com concreto armado; Projeto arquitetônico; Patrimônio cultural da humanidade; Brasília, capital do Brasil. Esses temas podem ser trabalhados com as seguintes atividades: ouvir, conhecer e discutir a história de Brasília, curiosidades e a história de vida de pessoas que

¹¹ Arquivos disponíveis no sítio eletrônico: <https://www.educacao.df.gov.br/pedagogico-curriculo-em-movimento/>

constituem esse contexto; desenvolver a oralidade, a elaboração de narrativas e compartilhar narrativas após leitura de histórias sobre Brasília e sobre o Cerrado; e visitar lugares, observar e discutir questões de sustentabilidade que envolvem Brasília e o Cerrado.

Nos **Currículos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio** esses conteúdos estão mais presentes nas disciplinas de História, Artes Visuais e Geografia, considerando-se o Ensino Fundamental I e II, e às Linguagens e Ciências Humanas, considerando-se o Ensino Médio. Em resumo, esses objetivos e conteúdos são:

- a. nas Artes visuais - reconhecimento e sensibilização para as categorias das artes visuais; conhecer os monumentos e pontos turísticos do Distrito Federal a fim de despertar o sentimento de pertencimento e a apropriação do patrimônio cultural e ambiental; conhecer obras de arte sobre a diversidade cultural presente no Distrito Federal; conhecer três dos maiores protagonistas na cena da construção de Brasília, estabelecendo a relação de elementos visuais como formas geométricas, volume, equilíbrio, e dinâmica de cores e traços (linhas) com a Arquitetura; conhecer o patrimônio artístico do Distrito Federal; frequentar espaços culturais diversos; valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo-se suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas; desenvolver a capacidade de leitura e análise de elementos de artes visuais, contextualizando-os em movimentos artísticos do século XX até os dias atuais, dentre outros.
- b. na Geografia - identificar e comparar a organização geográfica da cidade de Brasília com outras cidades; organização espacial da região administrativa a qual a escola pertence; reconhecer o Distrito Federal a partir de sua história, seus símbolos, seu sistema administrativo, percebendo a pluralidade cultural, a biodiversidade, as atividades econômicas e suas relações com a qualidade de vida e a sustentabilidade; perceber as relações de interdependência entre a cidade e o campo, comparando os diferentes modos de vida desses grupos sociais; compreender a formação espacial das regiões administrativas do DF; analisar os aspectos da ocupação, as condições de moradia e o índice de qualidade de vida das Regiões Administrativas do DF; identificar o papel da sociedade na transformação do espaço geográfico, conhecendo as manifestações cotidianas naturais e as produzidas pelas sociedades na modificação das paisagens, dentre outros.
- c. na História - Analisar as motivações dos processos migratórios em diferentes tempos e espaços e avaliar o papel desempenhado pela migração nas regiões de destino; analisar diferentes fluxos populacionais e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira; verificar na sociedade em que vive, a existência ou não de mudanças associadas à migração (interna e internacional); identificar atores que contribuíram com a idealização de Brasília por meio de várias linguagens, principalmente aqueles invisibilizados pela historiografia, utilizando referências filmicas, literárias e outras disponíveis em vários acervos de museus no DF; compreender a importância dos candangos no processo de

edificação e formação da cidade conhecendo as grandes ações e obras realizadas por eles; entender aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais do Distrito Federal e Entorno; analisar a influência da procedência histórica e cultural das famílias que se fixaram no DF; inventariar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade e analisar mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo, dentre outros.

- d. nas Linguagens - Patrimônio cultural: material e imaterial; educação patrimonial na dimensão sócio histórica regional, nacional e mundial com análises comparativas; educação patrimonial na valorização de bens artísticos e culturais brasileiros; dentre outros.
- e. nas Ciências Humanas - diferentes espaços geográficos e paisagens naturais, globais e humanizadas; formação e evolução do espaço brasileiro: aspectos demográficos e históricos; a História do Distrito Federal; conceitos básicos: política, poder, participação e conjuntura; redemocratização no Brasil; Constituição cidadã de 1988; dinâmica das instituições políticas brasileiras: Partidos Políticos, Congresso Nacional; patrimônio cultural: material e imaterial; educação patrimonial na dimensão sócio histórica regional, nacional e mundial com análises comparativas; educação patrimonial na valorização de bens artísticos e culturais brasileiros.

Antes da realização das visitas mediadas, são levantados junto aos professores e à equipe gestora os objetivos e conteúdos que os estudantes estão trabalhando em sala de aula e quais as expectativas em relação à visita. Dessa maneira, podemos preparar uma visitação mais adequada à faixa etária, adaptando a linguagem utilizada, bem como a preparação de um roteiro de visitação. Também são encaminhados aos docentes visitantes materiais informativos, como catálogo dos espaços do Centro Cultural Três Poderes e suas exposições, assim como uma lista de referências de material pedagógico que podem ser utilizadas em sala de aula como preparação para a visita.

As visitas ocorrem no período de um turno e têm cerca de 2h a 2h30min de duração, no total, incluindo o lanche/piquenique que é realizado geralmente ao final da visita no Bosque dos Constituintes, área externa do Panteão da Pátria. Após a visita, são encaminhados materiais pedagógicos produzidos como sugestões e inspirações de atividades que podem servir para posterior continuidade do processo educativo no ambiente escolar.

Ainda que a Praça dos Três Poderes seja identificada como um território intencionalmente construído para representar o espaço cívico, e que sua monumentalidade arquitetônica reforce ainda mais as relações de poder e controle estatal, as práticas pedagógicas buscam colocar essas contradições em evidência, estimulando os estudantes a se apropriarem desse espaço, tornando-o cada vez mais conhecido, mais significativo e com a possibilidade criar novas relações identitárias com o espaço.

A Praça dos Três Poderes ficou interditada por um longo período no final do ano letivo de 2022, devido ao risco iminente de ataques aos monumentos públicos, fato que acabou se concretizando no dia 08 de janeiro de 2023. Desde o dia 31 de outubro de 2022, dia seguinte do resultado das eleições e constatada a vitória do atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, apoiadores radicais do ex-presidente, incitados pelos discursos de ódio, promoveram ataques às sedes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e também ao Centro Cultural Três Poderes, depredando o Espaço Lucio Costa e o Museu da Cidade. Além da suspensão do acesso à Praça, os museus também tiveram que ser fechados para restauração após os ataques golpistas e reabriram por completo ao público no dia 14 de março de 2023. Evidente que esses fechamentos acarretaram na interrupção do acesso de estudantes, comprometendo a continuidade da execução do Projeto Territórios Culturais no local durante esse período.



Imagens de estudantes participando de visitas mediadas - Praça dos Três Poderes.



Imagens de estudantes participando de visitas mediadas - Espaço Lucio Costa.



Imagens de estudantes participando de visitas mediadas - Panteão da Pátria.



Imagens de estudantes participando de visitas mediadas - Museu da Cidade.

O Cine Brasília

O Cine Brasília está localizado na Entrecruza Sul 106/107, próximo ao Eixo L, em Brasília. O edifício do Cine Brasília é parte do projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer, integrante da Unidade Vizinhança¹² e foi inaugurado em 22 de abril de 1960, um dia depois da inauguração da própria capital. Em 1965, no contexto da fundação do curso de cinema da Universidade de Brasília, inaugurou-se a Semana do Cinema Brasileiro, que deu origem ao Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, com sua 1ª edição realizada no ano de 1967.

Além do tombamento do monumento do Cine Brasília como bem de natureza material por meio do Decreto nº 28.519, de 07/12/2007, publicado no DODF nº 234, de 10/12/2007, o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro é reconhecido como bem cultural de natureza imaterial pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF, inscrito nos Livro de Registro das Celebrações e das Formas de Expressão, por meio do Decreto nº 27.930, de 08/05/2007,

¹² A Unidade de Vizinhança proposta para Brasília é composta por quatro Superquadras com os Comércio Locais, a Igreja, o Clube, o Cinema, o Posto de Saúde, a Biblioteca, a Delegacia Policial e os equipamentos educacionais que comportariam o Plano Educacional de Anísio Teixeira: o Jardim de infância, a Escola-Parque, a Escola-Classe. (IPHAN, 2015, p. 55)

publicado no DODF nº 88, de 09/05/2007.

O Cine Brasília é um edifício de 2.686m² de área construída e foi concebido para ser um cinema de bairro, compondo o projeto da Unidade Vizinhança do Plano Piloto, projeto urbanístico de Lucio Costa para a nova capital. Na área externa, na entrada do cinema, está a bilheteria e o letreiro que indica a programação diária. Ao lado, está a estátua que simboliza o prêmio Troféu Candango, premiação concedida aos vencedores do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. Mais adiante, fica o foyer, antessala do cinema, onde são realizadas aberturas de mostras de filmes. Nas paredes do foyer, ficam expostos os cartazes de filmes em exibição e outros que já foram exibidos no Cine Brasília, que fazem parte do acervo permanente de documentos. Também no foyer, ficam dispostas cadeiras do arquiteto Sérgio Rodrigues (1927-2014), desenvolvidas para o espaço a pedido de Oscar Niemeyer. No interior da sala de cinema, há um painel do artista plástico Athos Bulcão, desenvolvida para compor o espaço em 1973.

O Cine Brasília é um dos mais importantes equipamentos culturais de exibição cinematográfica da América Latina, com inegável valor para a história da cidade e do cinema local e nacional. A sala de cinema é uma das maiores do Brasil, com uma tela de 14 por 6.30 metros e capacidade para 607 espectadores, que costuma não ser suficiente para o público em dias de Festival.

As ações educativas e pedagógicas no Cine Brasília

É importante esclarecer que, por se tratar de um cinema comercial, o Cine Brasília recebe as atividades do Projeto Territórios Culturais, mas não tem sua programação voltada prioritariamente para os estudantes da rede de ensino do DF. O Cine Brasília, por sua vocação de equipamento público de atendimento à população e incentivo à divulgação da produção audiovisual, possui atualmente uma política de gratuidade de 10% da lotação da sala por sessão (60 ingressos), a qual contempla os estudantes da rede pública no âmbito do PTC, pessoas com deficiência com direito a um acompanhante, estudantes e professores de audiovisual da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto Federal de Brasília (IFB) e estudantes do programa Jovem de Expressão¹³.

O Edital nº 08/2021 de seleção dos professores para atuarem no Projeto Territórios Culturais explicitou as temáticas próprias do Cine Brasília que deveriam ser abordadas nas

¹³ <https://jovemdeexpressao.com.br/>

práticas pedagógicas: “que relacionem cinema e educação, incluindo a preparação de materiais didáticos a serem trabalhados em sala de aula de modo a aprofundar os conteúdos do projeto; (...) Deverá, preferencialmente, ter conhecimentos sobre cinema brasileiro, cinema brasileiro e cinema infanto-juvenil, além de ser capaz de desenvolver reflexões críticas a esse respeito”.

Já no Currículo em Movimento da Secretaria de Educação, encontramos diversos objetivos de aprendizagem relacionados ao Cine Brasília, sendo considerados para essa pesquisa as palavras: audiovisual e cinema.

Detalharemos aqui os conteúdos que não se repetem com relação ao CC3P, como é o caso do **Currículo da Educação Infantil**, mas fazendo a ressalva de que os temas relacionados ao Patrimônio Cultural de Brasília também se aplicam ao Cine Brasília. Nos **Currículos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio** esses conteúdos estão mais presentes nas disciplinas de Língua Portuguesa, Línguas Estrangeiras, Artes e Educação Física, considerando-se o Ensino Fundamental I e II, e às Línguas, considerando-se o Ensino Médio. Em resumo, esses objetivos e conteúdos são:

- a. na Língua Portuguesa - Literatura e cinema: diferença entre o filme e o livro, realçando a autoria, autoria e características principais; Comparar diversas versões, tanto escritas quanto cinematográficas de diversos contos de fada e histórias infantis e outras produções artísticas analisando similaridades e mudanças das obras.
- b. nas Artes (Artes Visuais, Dança e Música) - Introdução de diferentes formas de linguagens expressivas, sensoriais e sinestésicas como formas de comunicação humana: artes visuais, teatro, música, fotografia, cinema, publicidade, TV, arquitetura, poesia, literatura e dança; Conceitos da linguagem cinematográfica, tais como: captura de imagem, ângulos, enquadramento, recursos de montagem, etc; Produzir conteúdo audiovisual a partir de dispositivos móveis e outros; Apreciação de produções artísticas de diferentes linguagens: teatral, musical, visual, circense, audiovisual. Sensibilização estética; Recursos de captura de audiovisual: câmeras, celulares e outros dispositivos. Softwares de manipulação de imagens; Registrar e organizar material audiovisual de produções artístico-musicais no contexto da comunidade escolar para participação em festivais de vídeos; Identificar e explorar diferentes formas de registro musical, bem como procedimentos e técnicas de registro em áudio e audiovisual.
- c. na Educação Física - Conhecer, por meio de múltiplas linguagens (corporal, oral, escrita e audiovisual), as brincadeiras e os jogos populares do Distrito Federal e de matriz indígena e africana, explicando suas características e a importância desse patrimônio histórico cultural na preservação das diferentes culturas.
- d. nas Línguas Estrangeiras (Inglês e Espanhol) - Arte Cinética, Vídeo e os elementos da linguagem videográfica, Animação (Stop Motion); Conceitos da

linguagem cinematográfica, tais como: captura de imagem, ângulos, enquadramento, recursos de montagem, etc.

- e. nas Linguagens - Identificar as produções e manifestações artístico-visuais de diferentes tempos e espaços, associando-as à contemporaneidade e às suas linguagens e tecnologias (grafismos, escritos, desenho, pintura, escultura, gravura, fotografia, cinema, audiovisual) para desenvolver o repertório estético, a dimensão e a fricção cultural, histórica e hodierna das visualidades artísticas (texto, imagem, som, oralidade, corpo) e suas distintas formas de letramentos e multiletramentos, fortalecendo o senso crítico; Analisar a invenção do “índio” no cinema, na dança, na música e nas demais composições artísticas e verbais; nos meios e equipamentos de produção e circulação das diferentes linguagens, desconstruindo a tentativa de uniformização de mais de 300 etnias brasileiras, avaliando suas narrativas e suas práticas estéticas, corporais e sociais; Analisar conceitos estéticos por meio da crítica ao “blackface” em cinema, teatro, televisão, tipologias textuais, composições musicais e corporais, desconstruindo as relações entre racismo e padrões de estética, assim como a reverberação desse processo no âmbito da Área de Linguagens e outras formas estéticas híbridas, como o circo e a performance; Analisar os diferentes gêneros audiovisuais e cinematográficos e suas relações com as linguagens artísticas, verbais e esportivas (documentário, videoarte, videoclipe, animação), a fim de produzir conhecimentos da Área de Linguagens com os recursos e as estéticas digitais, considerando as produções do contexto escolar e do entorno.

Da mesma maneira como ocorriam os contatos anteriores à visita mediada no CC3P em 2022, no Cine Brasília este contato junto aos professores e à equipe gestora também é realizado a fim de identificar os objetivos e conteúdos que serão abordados com os estudantes. O Cine Brasília possui uma outra vocação enquanto equipamento público cultural e a visita inclui, prioritariamente, a exibição de um filme adequado ao público e uma mediação com sensibilização para a importância do Cine Brasília para a história de Brasília, a sua localização e contextualização na Unidade Vizinhança, o projeto de Lucio Costa, as escalas de Brasília - sobretudo as que podem ser vivenciadas durante a visita: residencial e bucólica - análise do monumento em seus elementos constitutivos e seus bens móveis integrados e outros temas.



Imagens de estudantes participando de visitas mediadas ao Cine Brasília.

Conclusão

A Política de Educação Patrimonial do Distrito Federal tem início em 2012 com a determinação de garantia do acesso, de visitas e participação dos estudantes da rede pública de ensino em atividades cívico-culturais que celebram a diversidade cultural do Distrito Federal. O Projeto Territórios Culturais atualmente é o único projeto da Política de Educação Patrimonial no DF que está em andamento. Por esse motivo, a relevância de apresentar e analisar suas atividades mais recentes para outros educadores, pesquisadores e público interessado no assunto.

As ações de educação patrimonial que acontecem nos equipamentos do Projeto Territórios Culturais são uma iniciativa pioneira no cumprimento da Política de Educação Patrimonial do Distrito Federal. As visitas mediadas qualificam o olhar de estudantes e professores sobre os territórios e os museus, dando outro(s) significado(s) ao processo de ensino-aprendizagem. Percebemos que a apropriação dos conceitos relativos ao campo do patrimônio, mesmo quando apresentados de maneira indireta nas mediações, surtem efeitos no envolvimento, na apreciação e na análise crítica das obras e dos lugares observados e vivenciados.

Não obstante o papel fundamental da Educação Patrimonial nas políticas de valorização do Patrimônio Cultural, esse campo ainda carece de orientações programáticas, parâmetros de execução e avaliação de resultados. Ocorre que mesmo as propostas educativas continuadas, como o caso do Projeto Territórios Culturais, sofrem com a falta de recursos, de capacitação e formação para os educadores.

Referências Bibliográficas

AQUINO, Cristiane Valdevino de. *Educação Patrimonial na sala de aula: a escola como patrimônio cultural*. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). *Educação patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade*. João Pessoa: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. p. 25-31

BARRETO, Euder Arrais; ZARATIM, Joel Ribeiro; FREIRE, Lídia dos Reis; BEZZERA, Márcia; CAIXETA, Maria Joana Cruvinel; D'Oswaldo, Vera Lúcia Abrantes (Orgs.). *Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados*. Museu de Antropologia/UFG/Iphan: Goiânia, 2008.

BRASIL. *Lei nº 13.278, de 02 de maio de 2016*. Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113278.htm. Acesso em 31/08/2022.

CHAGAS, Mário. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó: Argos, 2006.

CHAGAS, Mário. *Educação, Museu e Patrimônio: tensão, devoração e adjetivação*. Disponível em http://cmsportal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao_museu_patrimonio_tensao.pdf. Acesso em 31/08/2022.

COSTA, Natacha. Apresentação. In: SINGER, Helena (org.) *Pesquisa-ação comunitária*. São Paulo: Moderna, 2011. (Coleção Tecnologias do Bairro Escola). Disponível em https://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Tecnologias-do-Bairro-Escola_Voll_pesquisa-acao-comunitaria.pdf. Acesso em 31/08/2022.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. *Edital nº 08, de 23 de abril de 2021*. Brasília: DODF, 2021. Disponível em <https://www.cultura.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/04/Edital-08-2021-Territorios-culturais.pdf>. Acesso em 31/08/2022.

DISTRITO FEDERAL Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. *Portaria Conjunta nº 5, de 29 de agosto de 2019*. Institui o Programa Territórios Culturais. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF. Brasília: DODF, 2016. Disponível em http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/6d6c09c366d04c1b8f3747d86f302e5b/Portaria_Conjunta_5_29_08_2019.html. Acesso em 31/08/2022.

DISTRITO FEDERAL Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. *Portaria nº 265, de 16 de agosto de 2016*. Institui a Política de Educação Patrimonial da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Brasília: DODF, 2016. Disponível em http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/b8793aeb6e8e4bc5aa7817849384073f/see_prt_265_2016.html. Acesso em 31/08/2022.

DISTRITO FEDERAL *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Brasília: GDF, 1991.

DISTRITO FEDERAL *Plano Distrital de Educação (2015/2014), 2015*. Disponível em https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/01/pde_site_versao_completa.pdf. Acesso em 31/08/2022.

DISTRITO FEDERAL *Cartilha Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves - Centro Cultural Três Poderes*. Disponível em <https://sites.google.com/view/centroculturaltrespoderes#h.i5pp4s4k20ab>. Acesso em 31/08/2022.

DISTRITO FEDERAL *Cartilha Espaço Lucio Costa - Centro Cultural Três Poderes*. Disponível em <https://sites.google.com/view/centroculturaltrespoderes>. Acesso em 31/08/2022.

DISTRITO FEDERAL *Cartilha Museu Histórico de Brasília - Centro Cultural Três Poderes*. Disponível em <https://sites.google.com/view/centroculturaltrespoderesm>. Acesso em 31/08/2022.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. Políticas Sociais: acompanhamento e análise - Artigos*. Repositório de conhecimento do IPEA. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4775/1/bps_n.2_referencia_2.pdf. Acesso em 31/08/2022.

FREITAS, Vanessa Nascimento; COSTA, Luís Fernando Celestino. *Projeto Territórios Culturais: Educação Patrimonial e Museal no Distrito Federal*. Revista Com Censo nº 20, volume 7, número 1, março 2020. Disponível em <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/791>. Acesso em 31/08/2022.

GRUNBERG, Evelina. *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997. Disponível em <http://www.eduff.uff.br/ebooks/Des-territorializacao-e-identidade.pdf>. Acesso em 31/08/2022.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Subsídios para a elaboração de Planos Museológicos*. Ibram: 2016. Disponível em <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Subs%C3%ADdios-para-a-elabora%C3%A7%C3%A3o-de-planos-museol%C3%B3gicos.pdf>. Acesso em 31/08/2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Resultados FVA, 2017. *Formulário de Visitação anual*. IBRAM, 2017. Disponível em <https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/museus-publico/RESULTADOSFVA2017.pdf>. Acesso em 31/08/2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Patrimônio Cultural no DF: bens tombados*. Brasília, DF: Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Superquadra de Brasília: preservando um lugar de viver*. Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Francisco Ricardo Costa Pinto (organização e coordenação); Claudia Marina Vasques et al. (texto). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do Iphan no Distrito Federal. Brasília-DF, 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Athos colorindo Brasília*. Thiago Pereira Perpétuo e Francisco Ricardo Costa Pinto (Orgs). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2020.

MARTINS, Ana Betânia de Souza Pimentel; LEAL, Claudia F. Beata. *Mapas e patrimônio: a cartografia na identificação do patrimônio cultural*. Disponível em https://www.academia.edu/s/44f7c00076?source=created_email. Acesso em 31/08/2022.

MORSCH, Carmen. *Numa encruzilhada de quatro discursos Mediação e educação na documenta 12: entre Afirmação, Reprodução, Desconstrução e Transformação*. Disponível em <http://www.forumpermanente.org/revista/numero-6-1/conteudo/numa-encruzilhada-de-quatro-discursos-1-mediacao-e-educacao-na-documenta-12-entre-afirmacao-reproducao-desconstrucao-e-transformacao-2>. Acesso em 31/08/2022.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2008.